



# Governo do Estado do Ceará

Secretaria das Cidades

## CONSELHO ESTADUAL DAS CIDADES DO CEARÁ - CONCIDADES/CE ATA DA 21ª REUNIÃO ORDINÁRIA

1 LOCAL, DATA E HORA: Sala de Reuniões do Gabinete da Secretaria do Planejamento e  
2 Gestão do Estado do Ceará - Seplag, localizada no 3º andar do Ed. Seplag, situado à Av.  
3 Gal. Afonso Albuquerque Lima s/n, Cambeba, em Fortaleza, capital do Estado do Ceará;  
4 Ao décimo quinto dia do mês de dezembro, do ano de dois mil e quatorze, às 09:00h, com a  
5 presença da maioria simples dos membros efetivos do Conselho Estadual das Cidades do  
6 Ceará - ConCidades/CE, sob a presidência do Secretário Adjunto das Cidades e Vice-  
7 Presidente do ConCidades/CE, Exmo. Sr. Mário Fracalossi Júnior. PAUTA: 1). Abertura,  
8 Informes e Aprovação: Pauta; Ata da 20ª Reunião; 2) Apresentação da Execução  
9 Orçamentária da Secretaria das Cidades; 3) Aprovação das Resoluções; 4) Reunião  
10 Integrada dos Comitês Técnicos. PARTICIPANTES: Conselheiros do ConCidades,  
11 titulares e suplentes, representando os segmentos Poder Público Executivo; Poder Público  
12 Legislativo; Movimentos Sociais e Populares; Entidades de Trabalhadores; Entidades  
13 Profissionais, Acadêmicas e de Pesquisa e Organizações Não Governamentais, além de  
14 convidados e ouvintes, conforme registrado nas respectivas listas de frequência. O Sr.  
15 **Mário Fracalossi Júnior (Secretário Adjunto das Cidades e Vice-Presidente do**  
16 **ConCidades)** deu início a reunião, saudando e agradecendo a presença de todo(a)s.  
17 Confirmada a existência de quórum, foi submetida à avaliação dos conselheiros presentes a  
18 Pauta do encontro. Após acatarem a sugestão do Secretário Mário Fracalossi, que propôs  
19 fosse incluído um novo tópico na pauta, no caso, a apresentação de um vídeo, e que fosse  
20 trocada a ordem de apresentação de dois outros tópicos pré-existentes, a PAUTA da 21ª  
21 Reunião do ConCidades foi aprovada por unanimidade, passando a ter o seguinte teor e  
22 ordem: 1). Abertura, Informes e Aprovação da Pauta e da Ata da 20ª Reunião; 2)  
23 Apresentação do vídeo: É a nossa cidades. Vamos consertá-la - Alessandra Orofino; 3)  
24 Reunião Integrada dos Comitês Técnicos; 4) Apresentação da Execução Orçamentária da  
25 Secretaria das Cidades; 5) Aprovação de Resoluções. Complementando o primeiro ponto da  
26 pauta, foi submetida à avaliação dos presentes a Ata da 20ª Reunião, previamente enviada a  
27 todo(a)s, por e-mail, para manifestações. O Sr. **Cyro Régis (Seinfra)** observou que na linha  
28 nº 228, faltava o registro da proposta de número três, do Comitê de Transporte e  
29 Mobilidade Urbana; a Sra. **Gorete Fernandes (Conam)** sugeriu que fosse retirada, a partir  
30 da ata sob análise e doravante, a expressão “conselheiro(a) titular” ou “conselheiro(a)  
31 suplente”, sempre colocada, até então, após o nome do(a) conselheiro(a). Promovidos esses  
32 ajustes, a Ata da 20ª Reunião do ConCidades/CE foi aprovada unanimemente pelos  
33 presentes. Ainda com respeito à vigésima reunião, o conselheiro **José Airton (Faita)**,  
34 aproveitou para ratificar um pedido seu, feito àquela ocasião, de que fosse solicitado ao  
35 IBGE a disponibilização para o ConCidades/CE tanto das leis quanto dos memoriais  
36 descritivos das áreas urbanas e de alguns distritos, para que essas informações fossem  
37 repassadas aos seus conselheiros. Feito esse registro, avançou-se, então, ao segundo ponto da  
38 pauta, ou seja, a apresentação do vídeo “É a nossa cidades. Vamos consertá-la”, com



# Governo do Estado do Ceará

Secretaria das Cidades

39 Alessandra Orofino, ativista urbana, co-fundadora das Redes Meu Rio e Nossas Cidades,  
40 versando sobre o caminho para construir cidades que façam seus cidadãos felizes e sobre a  
41 importância de mudar os processos de tomada de decisão, enfatizando, neste sentido, que o  
42 envolvimento das pessoas com as estruturas representativas concorre para a participação  
43 efetiva da sociedade civil organizada nas tomadas de decisão diretas, efetivas e coletivas, do  
44 tipo que pode transformar as cidades em lugares melhores para se viver. Após a  
45 apresentação do vídeo, os conselheiro(a)s elogiaram e agradeceram a iniciativa do Secretário  
46 Mário Fracalossi em apresentá-lo, comentando, de maneira geral, sobre o importante papel  
47 do ConCidades naquele contexto. Encerrado esse tópico, deu-se início ao próximo ponto  
48 previsto na pauta, no caso, a Reunião Integrada dos Comitês Técnicos, em que cada um dos  
49 coordenadores dos Comitês Técnicos do ConCidades/CE apresentou aos participantes,  
50 comentando item a item, o respectivo Plano de Ação do Comitê. Assim, foram  
51 apresentados, pela ordem, os seguintes planos, os quais se encontram anexados a presente  
52 Ata, da qual são parte integrante: Plano de Ação do Comitê de Transporte e Mobilidade  
53 Urbana, apresentado por seu coordenador, Cyro Régis; Plano de Ação do Comitê de  
54 Desenvolvimento Habitacional de Interesse Social, apresentado por seu coordenador,  
55 Flávio Jucá; e Plano de Ação do Comitê de Saneamento Ambiental e Saúde, apresentado  
56 por seu coordenador, Edmundo Olinda. Relativamente ao Plano de Ação do Comitê de  
57 Planejamento e Desenvolvimento Urbano, Territorial e Integração Regional, sua  
58 apresentação ficou comprometida, em face do impedimento do coordenador do comitê em  
59 comparecer a presente reunião. Concluído mais esse tópico, avançou-se para a Apresentação  
60 da Execução Orçamentária da Secretaria das Cidades, a qual foi realizada pelo Secretário  
61 Adjunto das Cidades, Sr. Mário Fracalossi Júnior, que no decurso de sua explanação  
62 prestou todos os esclarecimentos solicitados sobre os produtos e números ali registrados.  
63 Em seguida, deu-se início à apresentação das duas Resoluções Recomendadas, para avaliação  
64 e aprovação dos Conselheiros, os quais deliberaram por transferir a discussão sobre a que  
65 versava a 6ª Conferência Estadual das Cidades para a primeira reunião do ConCidades/CE,  
66 do ano de 2015. Dessa forma, foi aprovada apenas a Resolução Administrativa Nº 03, nos  
67 termos a seguir: **RESOLUÇÃO RECOMENDADA Nº 03, DE 15 DE DEZEMBRO**  
68 **DE 2014.** Recomenda às entidades que compõem o Conselho Estadual das Cidades, a  
69 fomentarem a criação, implementação e funcionamento dos Conselhos Municipais das  
70 Cidades, nos seus respectivos municípios de atuação. O CONSELHO DAS CIDADES  
71 DO CEARÁ – CONCIDADES/CE, no uso das suas atribuições estabelecidas pela Lei Nº  
72 14.558, de 21 de dezembro de 2009, e Considerando a importância de fortalecer a criação do  
73 Sistema Nacional do Desenvolvimento Urbano onde os Conselhos Municipais exercem  
74 papel fundamental nesse processo; Considerando que o Conselho das Cidades tem a  
75 finalidade de integrar e articular as políticas específicas e setoriais na área do  
76 desenvolvimento urbano, como planejamento e gestão do uso do solo, habitação,  
77 saneamento ambiental, transporte e mobilidade urbana; Considerando que tem como  
78 atribuições debater, avaliar, propor, definir e fiscalizar programas, projetos, a política de  
79 desenvolvimento urbano e as políticas de gestão do solo, habitação, saneamento ambiental,  
80 transporte e mobilidade em conjunto – governo e sociedade civil – em cada esfera da

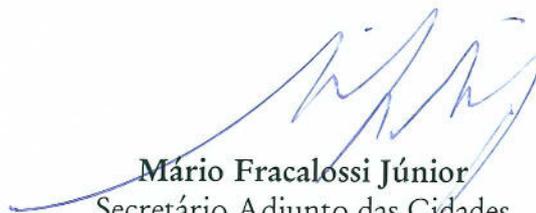


# Governo do Estado do Ceará

Secretaria das Cidades

81 Federação, adota, mediante votação, e seu Presidente torna pública, a seguinte  
82 **Resolução de Plenário:** Art. 1º Recomenda às entidades que compõem o Conselho  
83 Estadual das Cidades do Ceará, a fomentarem a criação, implementação e funcionamento  
84 dos Conselhos Municipais das Cidades, nos seus respectivos municípios de atuação. Art. 2º  
85 Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação. **Carlo Ferrentini Sampaio,**  
86 Secretário das Cidades, Presidente do Conselho Estadual das Cidades. Cumprido o último  
87 ponto da pauta, a Secretaria Executiva do Conselho colocou para apreciação dos  
88 conselheiro(a)s duas propostas de calendário para as reuniões do ConCidades/CE, no ano  
89 de 2015, tendo sido aprovado, por unanimidade, o seguinte Calendário de Reuniões  
90 Ordinárias: 1ª reunião – 09 de Fevereiro de 2015; 2ª Reunião – 13 de abril de 2015; 3ª  
91 Reunião – 08 de junho de 2015; 4ª Reunião – 10 de agosto de 2015; 5ª Reunião – 05 de  
92 outubro de 2015; e 6ª Reunião – 14 de dezembro de 2015. Ao longo da presente reunião,  
93 conselheiros e conselheiras apresentaram diversas sugestões, as quais se encontram  
94 relacionadas a seguir, para conhecimento de todos. Conselheiras **Sandra Souza (Seplag)** e  
95 **Gorete Fernandes (Conam):** Reservar espaço nas reuniões para apresentação de relatos de  
96 experiências dos municípios, sempre que solicitado por qualquer dos conselheiro(a)s;  
97 **Olinda Marques (PMF):** Cobrar da Prefeitura Municipal de Fortaleza a criação do  
98 Conselho das Cidades de Fortaleza; **Erivaldo Gomes (AAMAP):** Avançar na reflexão da  
99 Política Nacional de Resíduos Sólidos e no Plano de Gerenciamento de Resíduos Sólidos;  
100 **José Sousa (FESAC):** Apresentar no ConCidades as experiências das entidades-membros; e  
101 promover reuniões do ConCidades no interior do Estado; **Olinda Marques (PMF):**  
102 Pesquisar sobre experiências, no âmbito do Habitat III, para serem replicadas para os  
103 Movimentos Sociais; **Mário Fracalossi (Vice-Presidente ConCidades):** Criar ferramentas  
104 do tipo Habitat III para o ConCidades; **Jacinto Araújo (ACOBEJA):** Convidar o  
105 Conselho da Pessoa com Deficiência para discutir o Plano de Mobilidade; **Ana Valéria**  
106 **Moraes (FACED):** Convidar o DNIT e o DETRAN para debaterem no ConCidades sobre  
107 os temas “BRs x População do entrono” e “Transportes Intermunicipais”; **Cyro Régis**  
108 **(Seinfra):** Convidar o DETRAN e o DNIT para fazer explanação sobre a BR-304, em  
109 reunião do ConCidades; e convidar o DER para explanar sobre os projetos de construção  
110 de novas estradas, no Estado.

111 Nada mais havendo a tratar e após agradecer a presença e as contribuições de todos e todas,  
112 foi dada por encerrada a presente reunião e convidados todos os presentes a participarem do  
113 almoço de confraternização, marcando o encerramento das atividades do ConCidades/CE,  
114 no ano de 2014, no refeitório da Escola de Gestão Pública.



**Mário Fracalossi Júnior**  
Secretário Adjunto das Cidades  
Vice-Presidente do ConCidades

ESTE ANEXO CONSTITUI PARTE INTEGRANTE DA ATA DA 21ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONCIIDADES/CE, DE 15/12/2014.

**CONSELHO ESTADUAL DAS CIDADES DO CEARÁ – CONCIIDADES/CE  
COMITÊ DE SANEAMENTO AMBIENTAL E SAÚDE**

**PLANO DE AÇÃO POR INICIATIVA**

Projeto / Inicitiva:	Universalizar o acesso aos serviços de saneamento básico, planejando e viabilizando recursos para sua implementação com base numa política nacional de saneamento básico, obedecendo à formalização dos consórcios.					
O QUE	COMO	POR QUE	QUEM	QUANDO (DD/MM/AAAA)	STATUS (Planejado, Em andamento, Concluído)	
Definir a Política Estadual para o Saneamento Básico e sua gestão;	Com o fortalecimento do Grupo Interinstitucional de Saneamento	Para estabelecer diretrizes a serem adotadas pelo Governo do Estado, considerando a ação integrada de diversos órgãos que atuam no setor de saneamento.	Secretaria das Cidades, CAGECE, COMPAM, SEMACE, SRH, SOHIDRA, COGERH, SDA, SESA, SEPLAG, ARCE e APRECE	1º semestre de 2015.	Planejado.	
Elaborar o Plano Estadual de Saneamento Básico	Através da contratação de consultoria especializada	Para atuar de forma planejada nos serviços de saneamento.	Secretaria das Cidades	2º semestre de 2015.	Planejado.	
Implementar Sistemas de Informação, em nível estadual, com indicadores a serem monitorados	Através da contratação de consultoria especializada	Para acompanhamento dos indicadores referentes serviços de saneamento	Secretaria das Cidades	2º semestre de 2016.	Planejado.	
Elaborar projetos executivos dos serviços de saneamento básico e viabilizar os recursos necessários para a execução de suas obras e serviços	Através da contratação de empresa	Para viabilizar a captação de recursos para a implantação das obras de saneamento.	Secretaria das Cidades e Cagece	Ação continuada	Em andamento.	

ESTE ANEXO CONSTITUI PARTE INTEGRANTE DA ATA DA 21ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONCIIDADES/CE, DE 15/12/2014.

**CONSELHO ESTADUAL DAS CIDADES DO CEARÁ – CONCIIDADES/CE  
COMITÊ DE SANEAMENTO AMBIENTAL E SAÚDE**

<b>PLANO DE AÇÃO POR INICIATIVA</b>						
<b>Projeto / Iniciativa:</b>	<b>Aplicação imediata da Lei No. 11.445/2007, de Saneamento Básico, e proceder à elaboração dos Planos Municipais de Saneamento Básico</b>					
<b>O QUE</b>	<b>COMO</b>	<b>POR QUE</b>	<b>QUEM</b>	<b>QUANDO (DD/MM/AAAA)</b>	<b>STATUS (Planejado, Em andamento, Concluído)</b>	
Promover seminários com as prefeituras e a sociedade civil organizada, mostrando a imprescindibilidade e necessidade da elaboração dos Planos Municipais de Saneamento Básico;	Através da criação de uma agenda de encontro com os gestores municipais e de seminários regionais.	Para sensibilizar quanto a necessidade de cumprimento da legislação do saneamento.	Secretaria das Cidades COMPAM CAGECE	1º semestre de 2015	Planejado.	
Estabelecer parcerias com os municípios e prestadores de serviços, no sentido de compatibilizar os planos com a capacidade técnica e econômica dos prestadores de serviços e a disponibilidade de recursos financeiros e humanos;	Através da participação dos prestadores de serviço na elaboração dos PMSB.	Para garantir a viabilidade de execução das ações previstas	Secretaria das Cidades CAGECE ARCE	Ação continuada	Em andamento.	
Definir critérios vinculativos relacionados aos Planos Municipais de Saneamento Básico, para transferências voluntárias e subsídios, do Estado para os municípios	Através da previsão, na Lei Estadual de Saneamento Básico a ser criada, de restrição de recursos para investimentos em saneamento para os municípios que não apresentarem seu Plano Municipal de Saneamento Básico.	Para garantir que os investimentos em saneamento serão realizados de forma planejada.	Grupo Interinstitucional de Saneamento: Secretaria das Cidades, CAGECE, COMPAM, SEMACE, SRH, SOHIDRA, COGERH, SDA, SESA, SEPLAG, ARCE e APRECE.	1º semestre de 2015	Planejado.	

ESTE ANEXO CONSTITUI PARTE INTEGRANTE DA ATA DA 21ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONCIDADES/CE, DE 15/12/2014.

**CONSELHO ESTADUAL DAS CIDADES DO CEARÁ – CONCIDADES/CE  
COMITÊ DE SANEAMENTO AMBIENTAL E SAÚDE**

<b>PLANO DE AÇÃO POR INICIATIVA</b>						
<b>Projeto / Iniciativa:</b>	<b>Criar programas de efetivação de aterros sanitários, com atenção especial de incentivos e melhores vantagens para municípios com menos de 50.000 habitantes</b>					
<b>O QUE</b>	<b>COMO</b>	<b>POR QUE</b>	<b>QUEM</b>	<b>QUANDO (DD/MM/AAAA)</b>	<b>STATUS (Planejado, Em andamento, Concluído)</b>	
<p>Criar incentivos fiscais para viabilizar a gestão dos aterros sanitários</p>	<p>Através da elaboração de estudos a respeito da viabilidade de incentivos fiscais.</p>	<p>Para apoiar os consórcios na gestão econômica e financeira dos aterros.</p>	<p>SCIDADES CONPAM SEMACE SEFAZ</p>	<p>1º semestre de 2015</p>	<p>Planejado</p>	
<p>Criar um núcleo estadual de assessoria técnica aos municípios e/ou consórcios municipais, voltados para o fomento de estratégias e gestão dos resíduos sólidos</p>	<p>Através da reestruturação da SCIDADES para atender às demandas relativas às ações de resíduos sólidos.</p>	<p>Para apoiar tecnicamente os consórcios quanto as ações preliminares a serem adotadas na gestão dos resíduos sólidos.</p>	<p>SCIDADES</p>	<p>2º semestre de 2015</p>	<p>Planejado</p>	
<p>Definir sistemática de discussões acerca dos custos dos serviços e a viabilização da sua manutenção</p>	<p>Através de um fórum de discussões com os órgãos e a sociedade civil organizada.</p>	<p>Para nivelar as informações a respeito dos custos que envolvem o tratamento dos resíduos sólidos.</p>	<p>SCIDADES</p>	<p>2º semestre de 2015</p>	<p>Planejado</p>	

ESTE ANEXO CONSTITUI PARTE INTEGRANTE DA ATA DA 21ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONCIDADES/CE, DE 15/12/2014.

**CONSELHO ESTADUAL DAS CIDADES DO CEARÁ - CONCIDADES/CE  
COMITÊ DE SANEAMENTO AMBIENTAL E SAÚDE**

**PLANO DE AÇÃO POR INICIATIVA**

Projeto / Iniciativa:	Universalizar o abastecimento de água potável, com especial atenção às áreas/ regiões dos municípios onde se desenvolvem atividades de agronegócio e uso intensivo de agrotóxicos, garantindo os padrões de potabilidade previstos na Portaria MS No. 2.914, de 12 de dezembro de 2011, incentivando o agricultor a usar tecnologias alternativas, tais como: quintais produtivos, técnicas de permacultura, entre outras, e a criação de uma política nacional de convivência com a seca.					
O QUE	COMO	POR QUE	QUEM	QUANDO (DD/MM/AAAA)	STATUS (Planejado, Concluído) Em andamento, Concluído)	
Identificar e diagnosticar as áreas de atividades de agronegócio e uso intensivo de agrotóxicos;	Através de convênio com Universidades e/ ou Organizações Sociais que já desenvolvem pesquisas relacionadas a esse tema.  Através da fiscalização efetiva dos órgãos ambientais.	Para conhecer as condições ambientais dessas regiões	SCidades CAGECE SDA SRH SEMACE Universidades Sociedade Civil organizada	1º semestre de 2016	Planejado	
Elaborar projetos executivos para implantação, ampliação ou melhoria dos sistemas de abastecimento de água;	Através da contratação de empresa e priorização das áreas afetadas por agrotóxicos	Para viabilizar a captação de recursos para a implantação das obras	SCidades Cagece	Ação continuada	Em andamento	
Viabilizar recursos para execução das obras	Através da elaboração de projetos executivos	Para universalizar o abastecimento de água potável	SCidades Cagece	Ação continuada	Em andamento	
Monitorar qualidade da água bruta	Através de análises sistemáticas de água	Para garantir os parâmetros de qualidade da água e do ambiente	SRH SOHIDRA COGERH	A partir do 2º semestre de 2016	Planejado	

ESTE ANEXO CONSTITUI PARTE INTEGRANTE DA ATA DA 21ª REUNIAO ORDINARIA DO CONCIDADES/CE, DE 15/12/2014.

**CONSELHO ESTADUAL DAS CIDADES DO CEARA – CONCIDADES/CE  
COMITÊ DE DESENVOLVIMENTO HABITACIONAL DE INTERESSE SOCIAL**

**PLANO DE AÇÃO POR INICIATIVA**

<b>Projeto / Iniciativa:</b>					
Garantir a contrapartida pelo Estado para captação de recursos federais para Habitação de Interesse Social-HIS, nos municípios com população abaixo de 50 mil habitantes					
<b>O QUE</b>	<b>COMO</b>	<b>POR QUE</b>	<b>QUEM</b>	<b>QUANDO</b>	<b>STATUS</b>
Instituir processo de sensibilização e captação de recursos para o municípios para os programas de HIS	Criar uma agenda de encontro com os gestores municipais	Para acompanhar o processo de organização dos municípios para contratação dos programas de HIS do governo federal	Secretaria das Cidades, Caixa Econômica, Banco do Brasil, CAGECE, SEINFRA, Ministério das Cidades e APRECE	1º semestre de 2015	Planejado
		Para disseminar os meios necessários para contratação dos programas de HIS do governo federal		1º semestre de 2015	
Identificar as particularidades de cada município quanto a estrutura para desenvolvimento de HIS	Visitar os municípios identificando suas particularidades	Para diagnosticar a estrutura dos municípios quanto ao planejamento de programas de HIS	Secretaria das Cidades, IDECE APRECE, Caixa Econômica e Banco do Brasil.	2º semestre de 2015	Planejado
		Para subsidiar os municípios no processo de adesão e contratação dos programas de HIS do governo federal			
Implantar/ reforçar mecanismo de apoio aos municípios, com ações de Assistência Técnica e Jurídica, bens e / ou aportes financeiros nos programas	Instruir e treinar os gestores e equipe de trabalho dos municipais de instrumentos apropriados de planejamento e execução dos programas	Para acompanhar o processo de organização dos municípios para contratação dos programas de HIS do governo federal	Secretaria das Cidades, Caixa Econômica, Banco do Brasil, CAGECE, SEINFRA e APRECE	2º semestre de 2015	Planejado

ESTE ANEXO CONSTITUI PARTE INTEGRANTE DA ATA DA 21ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONCIIDADES/CE, DE 15/12/2014.

**CONSELHO ESTADUAL DAS CIDADES DO CEARÁ – CONCIDADES/CE  
COMITÊ DE DESENVOLVIMENTO HABITACIONAL DE INTERESSE SOCIAL**

**PLANO DE AÇÃO POR INICIATIVA**

Projeto / Iniciativa:		Garantir a implantação de programa de Regularização Fundiária				
O QUE	COMO	POR QUE	QUEM	QUANDO	STATUS	
Diagnosticar as situações e peculiaridades existentes nos municípios	Realizar pesquisa no município quanto a situação de implementação da RF	Para identificar e diagnosticar as peculiaridades existentes nos município quanto a RF	Secretaria das Cidades, Caixa Econômica, Banco do Brasil e APRECE	1º semestre de 2015	Planejado	
Criar mecanismos operacionais e legais para abranger as situações identificadas	Criar um grupo de trabalho para estudar as diferentes peculiaridades e orientar os municípios no processo de regularização fundiária	Para orientar os gestores acelerar o processo de como realizar a implantação da RF no município.	Secretaria das Cidades, IDECE APRECE, Caixa Econômica e Banco do Brasil	1º semestre de 2015	Planejado	
Captar recursos para implementação dos mecanismos criados	Divulgar os meios ofertado no Ministério das Cidades e outros programas de financiamento de RF	Para que os municípios realizem a regularização fundiária em seus municípios	Secretaria das Cidades, Caixa Econômica, Banco do Brasil, CAGECE, SEINFRA e APRECE	1º semestre de 2015	Planejado	

ESTE ANEXO CONSTITUI PARTE INTEGRANTE DA ATA DA 21ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONCIÍDDES/CE, DE 15/12/2014.

**CONSELHO ESTADUAL DAS CIDADES DO CEARÁ - CONCIÍDDES/CE  
COMITÊ DE DESENVOLVIMENTO HABITACIONAL DE INTERESSE SOCIAL**

**PLANO DE AÇÃO POR INICIATIVA**

Objetivo Estratégico: Projeto / Inicialiva:	Fortalecer o Programa MINHA CASA MINHA VIDA – PMCMV, na modalidade Entidades					
O QUE	COMO	POR QUE	QUEM	QUANDO	STATUS	
Instituir processo de sensibilização e capacitação seminários e oficinas para as entidades habilitadas ou em habilitação, pelo MCIDADES	Capacitar e treinar os responsáveis das entidades quanto a operacionalização dos programas de HIS do Governo Federal	Para disseminar os meios necessários para contratação dos programas de HIS do governo federal	Secretaria das Cidades, Caixa Econômica, Banco do Brasil e APRECE	1º semestre de 2015	Planejado	
	Realizar eventos e seminários com as entidades	Para socializar as diferentes experiências visando buscar similaridades dos diversos procedimentos		1º e 2º semestre de 2015	Planejado	
Implantar/ reforçar mecanismo de apoio aos municípios, com ações de Assistência Técnica e Jurídica, bens e/ou aportes financeiros para essa modalidade de PMCMV	Instruir e treinar as entidades habilitadas ou em habilitação de instrumentos apropriados de planejamento e execução dos programas	Para subsidiar os entidades habilitadas ou em habilitação, no processo de adesão e contratação dos programas de HIS do governo federal	Secretaria das Cidades, IDECE, APRECE, Caixa Econômica e Banco do Brasil	2º semestre de 2015	Planejado	
	Criar uma agenda de encontro com os gestores municipais para monitoramento das ações	Para acompanhar o processo de organização das entidades para contratação dos programas de HIS do governo federal		2º semestre de 2015	Planejado	
Garantir a contrapartida financeira nos termos da LEI 15.143/2012	Propor projetos de habitação de interesse social, no âmbito do PMCMV nos municípios do Estado do Ceará	Para viabilizar os recursos para o programa MCMV em parceria com o Governo Federal	Secretaria das Cidades, Caixa Econômica, Banco do Brasil, CAGECE, SEINFRA e APRECE	1º semestre de 2015	Planejado	

ESTE ANEXO CONSTITUI PARTE INTEGRANTE DA ATA DA 21ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO DE CONCIDADES/CE, DE 15/12/2014.

**CONSELHO ESTADUAL DAS CIDADES DO CEARÁ – CONCIDADES/CE  
COMITÊ DE DESENVOLVIMENTO HABITACIONAL DE INTERESSE SOCIAL**

**PLANO DE AÇÃO POR INICIATIVA**

Projeto / Iniciativa:		Ampliar a implementação, no Estado da Política de Habitação de Interesse Social - PHIS, urbana e rural				
O QUE	COMO	POR QUE	QUEM	QUANDO	STATUS	
Propor a revisão do Plano Estadual de Habitação de Interesse Social- PEHIS	Realizar licitação para revisão e elaboração do Plano Estadual de Habitação de Interesse Social	Para atualizar o Plano Estadual de Habitação de Interesse Social- PEHIS	Secretaria das Cidades, Caixa Econômica, Banco do Brasil e APRECE	1º semestre de 2015	Planejado	
Estabelecer meta percentual para redução do déficit habitacional do Estado	50% de imóveis prontos áreas urbanas	Para que os municípios criem o processo de regularização fundiária dos programas habitacionais	Secretaria das Cidades, IDECE, APRECE, Caixa Econômica e Banco do Brasil	1º semestre de 2016	Planejado	
				50% de imóveis prontos em áreas rurais		1º semestre de 2016
Incentivar a utilização das ZEIS de vazios para HIS	Divulgar áreas de ZEIS nos municípios e entidades, CONSTRUTORAS	Para preencher os vazios das ZEIS existentes e valorizar as áreas do entorno	Secretaria das Cidades, Caixa Econômica, Banco do Brasil, CAGECE, SEINFRA e APRECE	1º semestre de 2015	Planejado	
				1º semestre de 2015		Planejado

CONSELHO ESTADUAL DAS CIDADES DO CEARÁ – CONCIDADES/CE  
COMITÊ DE TRANSPORTES E MOBILIDADE URBANA

Plano de Ação das Iniciativas

Plano de Ação

O QUE	COMO	POR QUE	QUEM	QUANDO	STATUS
<p><b>1</b> - Revisão do “Guia de Acessibilidade: espaço público e edificações, 2009” realizado pela SEINFRA em parceria com a ASTEF/UFC</p>	<p>Promovendo o convênio com a ASTEF/UFA visando à revisão/atualização.</p>	<p>Porque foi elaborado em 2009 e se faz necessário uma revisão visando a sua atualização. Esse guia reúne as normas e legislação de acessibilidades no âmbito federal, estadual e municipal.</p>	<p>Cabe a SEINFRA elaborar a licitação e o acompanhamento.</p>	<p>2015</p>	<p>A iniciar</p>
<p><b>2</b> - Editar o “Guia de Acessibilidade: espaço público e edificações, 2009” – 2000 exemplares</p>	<p>Enviar o guia em meio digital depois da revisão/atualização para a Casa Civil e solicitar a tiragem de 2000 exemplares.</p>	<p>Esse guia será distribuído junto às prefeituras e secretaria para ser consultado quanto às normas.</p>	<p>Cabe a SEINFRA em parceria com a CIDADES e o CONCIDADES para reforçar o pedido.</p>	<p>2015</p>	<p>A iniciar</p>
<p><b>3</b> - Divulgação do “Guia de Acessibilidade: espaço público e edificações, 2009” junto às prefeituras e suas secretarias.</p>	<p>O CONCIDADES deve promover a divulgação por meio de seminários junto às prefeituras e suas secretarias; envolver a APRECE na preparação e também promover a capacitação dentro do próprio CONCIDADES.</p>	<p>Porque ao conhecer as normas e legislação sobre acessibilidade, as chances de executar a acessibilidade de forma correta aumentam.</p>	<p>SEINFRA/CIDADES/CONCIDADES/APRECE/PREFEITURAS – SECRETARIAS.</p>	<p>2015</p>	<p>A iniciar</p>

<b>O QUE</b>	<b>COMO</b>	<b>POR QUE</b>	<b>QUEM</b>	<b>QUANDO</b>	<b>STATUS</b>
<p><b>4 - IPTU calçadas acessíveis:</b> incentivo/isenção</p>	<p>Consultar e propor às secretarias de finanças dos municípios e do estado reexame com incentivo/isenção</p>	<p>Porque ao propor à sociedade que adaptem suas calçadas às normas de acessibilidade por meio de incentivo/isenção no IPTU do ano seguinte ao atestado, o cidadão se sentirá estimulado.</p>	<p>CONCIDADES/APRECE/ PREFEITURA- SECRETARIAS</p>	<p>2015</p>	<p>A iniciar</p>
<p><b>5 - Prêmio calçada acessível</b></p>	<p>Dentre as calçadas acessíveis comprovadas, elaborar um concurso para premiar a que atendeu aos critérios elaborados para a premiação.</p>	<p>Para estimular a sociedade a adaptar/construir as calçadas de forma acessível.</p>	<p>CONCIDADES/APRECE/ PREFEITURA- SECRETARIAS</p>	<p>2015</p>	<p>A iniciar</p>
<p><b>6 - Intervenções nos sistemas viários básicos dos municípios de acordo com os planos diretores físico e de transporte e mobilidade urbana.</b></p>	<p>Ao propor qualquer intervenção no sistema viário, a equipe de cada município deverá consultar as diretrizes contidas nos planos diretores físico e de transporte e mobilidade urbana local.</p>	<p>Para evitar inconformidades e incompatibilidades com os planos diretores físico e de transporte e mobilidade; e também evitar sobreposições de ações.</p>	<p>Governo Federal/Ministério das Cidades/ Governo Estadual/ Prefeituras Municipais e suas Secretarias.</p>	<p>2015</p>	<p>A iniciar</p>
<p><b>7 – Implantar faixas e vias exclusivas para ônibus</b></p>	<p>Segundo as determinações do Plano de Transportes e Mobilidade Urbana</p>	<p>O Plano contém a ordem de prioridade das faixas e vias exclusivas</p>	<p>Prefeituras municipais/Órgãos de transporte e trânsito</p>	<p>2014</p>	<p>Em curso no Município de Fortaleza</p>

O QUE	COMO	POR QUE	QUEM	QUANDO	STATUS
<p><b>8</b> – Elaborar o Estudo de Integração Intermodal do Transporte Público da Região Metropolitana do Cariri</p>	<p>Através de Convênio de Cooperação das Prefeituras do Cariri/Universidade/ Associações de Classe/ Associações Comunitárias/Câmaras Municipais</p>	<p>Com a participação citada se obtém o envolvimento, validação e aprovação do Estudo</p>	<p>Prefeituras municipais da RM do Cariri.</p>	<p>2015</p>	<p>A iniciar</p>
<p><b>9</b> – Conscientização das prefeituras e da população quanto à elaboração do Estudo de Integração Intermodal do Transporte Público da RM do Cariri.</p>	<p>Através de Seminário de Sensibilização</p>	<p>Ação se justifica face a existência de ônibus, VLT e topics, operando atualmente de forma independente.</p>	<p>Conselho Estadual das Cidades/Prefeituras Municipais</p>	<p>2015</p>	<p>A iniciar</p>
<p><b>10</b> – Alocação nos orçamentos do Estado e municípios dos recursos para elaboração do Estudo de Integração Intermodal do Transporte Público da RM do Cariri.</p>	<p>No ato da montagem e aprovação dos orçamentos do Estado e municípios</p>	<p>Para viabilizar o processo licitatório do Estado.</p>	<p>Governo do Estado e prefeituras municipais.</p>	<p>2015</p>	<p>A iniciar</p>

O QUE	COMO	POR QUE	QUEM	QUANDO	STATUS
<p><b>11</b> – Alocação nos orçamentos do Estado e municípios dos recursos para implementação do Estudo de Integração Intermodal do Transporte Público da RM de Fortaleza.</p>	<p>No ato da montagem e aprovação dos orçamentos do Estado e municípios</p>	<p>Para viabilizar o processo licitatório do Estado.</p>	<p>Governo do Estado e prefeituras municipais</p>	<p>2015</p>	<p>A iniciar</p>
<p><b>12</b> – Implementar o Estudo de Integração Intermodal do Transporte Público da RM de Fortaleza</p>	<p>Segundo a prioridade das propostas estabelecidas pelo Estudo</p>	<p>Com a operação do Metrofor/Linha Sul, se faz necessário integrar metrô, ônibus urbano/metropolitano e topics.</p>	<p>SEINFRA/Metrofor e prefeituras da Região Metropolitana</p>	<p>2015</p>	<p>A iniciar</p>
<p><b>13</b> – Sensibilizar os gestores para elaboração e conscientização da população para a participação e elaboração dos planos de mobilidade</p>	<p>Despertar gestores e população para a importância e cumprimento da Lei da Mobilidade Urbana (Lei nº 12.587/2012), através de seminários</p>	<p>Os municípios necessitam de intervenções que resultem de um planejamento (Planos de Mobilidade)</p>	<p>Governo nas suas três esferas e sociedade civil</p>	<p>2015</p>	<p>A iniciar</p>
<p><b>14</b> – Elaboração dos Planos de Transporte e Mobilidade Urbana dos municípios dos pólos do Vale do Jaguaribe e Acaraú, coordenados pela Secretaria das Cidades</p>	<p>Proceder a licitação, com objetivo de contratar empresas de consultoria para elaborar os planos</p>	<p>Cumprir os procedimentos legais do Governo do Estado, órgãos de financiamento externo e prefeituras dos municípios</p>	<p>Governo nas suas três esferas e sociedade civil</p>	<p>2015</p>	<p>A iniciar</p>

O QUE	COMO	POR QUE	QUEM	QUANDO	STATUS
<p><b>15</b> – Alocação nos orçamentos do estado e municípios dos recursos para elaboração dos Planos de Transporte e Mobilidade Urbana</p>	Elaborar os termos de referencia para elaboração dos planos	Cada município apresenta uma realidade característica que requer o desenho de um perfil a ser analisado e planejado	Prefeituras dos municípios	2016	A iniciar
<p><b>16</b> – Seminário de sensibilização para a política e plano de transporte e mobilidade urbana</p>	Programar junto a SEMOB/Ministério das Cidades a realização do seminário	A SEMOB/Ministério das Cidades deve apresentar a Política Nacional de Transporte e Mobilidade Urbana	ConCidades/SEMOB - Ministério das Cidades	2015	A programar
<p><b>17</b> – Alocação nos orçamentos do Estado e municípios dos recursos para realização da Pesquisa Origem-Destino no âmbito da Região Metropolitana de Fortaleza</p>	Apresentar a necessidade desta demanda aos Prefeitos dos municípios integrantes da Região Metropolitana de Fortaleza	Requer uma sensibilização dos Prefeitos para a compreensão da realização da pesquisa	ConCidades e prefeituras dos municípios da RMF	2015	A programar
<p><b>18</b> – Realização da pesquisa Origem-Destino no âmbito da Região Metropolitana de Fortaleza</p>	Elaborar o edital e termo de referencia	Para que ocorra o processo licitatório	Prefeituras dos municípios da RMF	2015	A iniciar